



ALTA REPRESENTANTE
DA UNIÃO PARA OS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A
POLÍTICA DE SEGURANÇA

Bruxelas, 8.5.2019
JOIN(2019) 7 final

RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

Região Administrativa Especial de Macau: Relatório Anual de 2018

RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU: RELATÓRIO ANUAL DE 2018

Resumo

Desde a transferência da soberania de Macau para a República Popular da China, em 1999, a União Europeia e os seus Estados-Membros têm acompanhado de perto a evolução política e económica na Região Administrativa Especial de Macau (RAE) de acordo com o princípio «um país, dois sistemas». A União Europeia subscreve a política de «uma só China» e apoia o princípio «um país, dois sistemas» e a respetiva aplicação.

O presente relatório anual sobre a evolução da situação em Macau é apresentado a fim de dar cumprimento ao compromisso assumido perante o Parlamento Europeu em 1997.

Em 2018, o princípio «um país, dois sistemas» continuou a ser aplicado, em benefício da RAE de Macau, da China em geral e da comunidade internacional.

O Estado de direito e a independência do poder judicial são respeitados, como no caso dos processos judiciais contra o deputado da oposição Sulu Sou. Os direitos e as liberdades fundamentais são, em geral, respeitados.

Embora as liberdades cívicas estejam protegidas pela Lei Básica de Macau, a oposição política é fraca e a sociedade civil não expressa muito as suas opiniões. A Lei Básica e outros atos legislativos não preveem a possibilidade de introduzir o sufrágio universal. No entanto, a UE incentiva as autoridades de Macau a assegurar um maior envolvimento da população no processo de eleição do chefe do executivo e da Assembleia Legislativa da RAE, o que reforçaria a sua legitimidade, aumentaria o apoio público e melhoraria a governação.

Em 2018, Macau recebeu duas recomendações durante o Exame Periódico Universal da China, realizado em Genebra em novembro: uma sobre a proteção dos trabalhadores migrantes e outra sobre a discriminação contra as pessoas LGBTI. O tráfico de seres humanos continua a suscitar preocupação.

Em 2018, as autoridades de Macau empreenderam ou anunciaram várias iniciativas destinadas a reforçar a segurança nacional, o que tornou a política da RAE mais consentânea com a posição da China continental: a Assembleia Legislativa aprovou uma alteração que impede os juizes estrangeiros de se pronunciarem sobre questões de segurança nacional, foi aprovada uma lei sobre o hino nacional e foram anunciados projetos de alteração das leis de segurança nacional.

Os meios de comunicação social macaenses continuaram a exprimir um amplo leque de pontos de vista, apesar de alguma preocupação quanto ao aumento da autocensura.

A economia de Macau obteve bons resultados em 2018, tendo registado um forte crescimento impulsionado pelos setores do jogo e do turismo, uma taxa de desemprego muito baixa e uma situação orçamental sólida. O objetivo declarado do governo de diversificar a economia está, no entanto, longe de ser atingido. Apenas 6,8 % das receitas dos casinos de Macau provinham de fontes não ligadas ao jogo.

Em outubro de 2018, a ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau foi inaugurada e aberta ao público. Este grande projeto de infraestruturas liga a cidade continental de Zhuhai a Hong Kong e a Macau, percorrendo uma extensão de 42 km, ora acima ora abaixo do mar (55 km se incluirmos as estradas de acesso). A ponte melhora as ligações entre as cidades da Zona da Grande Baía e contribuirá para uma maior integração com o continente, criando novas oportunidades e colocando novos desafios.

A UE e Macau continuaram a manter relações comerciais sólidas e um bom nível de cooperação.

Evolução da situação política

Em maio de 2018, o deputado pró-democracia da oposição Sulu Sou foi condenado por participação numa reunião ilegal, pois tinha aderido a uma manifestação de protesto em 2016. Foi suspenso das suas funções na Assembleia Legislativa desde dezembro de 2017. O Ministério Público exigia penas de prisão para Sulu Sou e para outro ativista contestatário, Scott Chiang, acusado de desobediência agravada, mas o tribunal decidiu que uma pena de prisão não se justificava, dado se ter tratado de uma manifestação não violenta e de curta duração. Se Sulu Sou tivesse sido condenado a uma pena de prisão superior a 30 dias, teria sido destituído da Assembleia Legislativa, o que teria enfraquecido ainda mais a já fraca oposição. Após essa decisão judicial, Sulu Sou pôde retomar as suas funções de deputado. As acusações do Ministério Público foram criticadas por terem uma motivação política, mas a decisão proferida pelo tribunal constitui um sinal da independência do poder judicial.

Em março, o governo anunciou a sua intenção de alterar a sua lei de segurança nacional para se adaptar à sociedade moderna. As questões indicadas como necessitando de alterações urgentes foram os procedimentos de recolha de provas nas investigações penais e as regras especiais relativas às medidas coercivas na recolha de elementos de prova.

Em 3 de julho, a Assembleia Legislativa aprovou uma alteração que impede os juízes estrangeiros de se pronunciarem sobre questões de segurança nacional. A definição de segurança nacional é uma definição lata, pelo que pode ser utilizada para excluir os juízes estrangeiros de muitos processos. As autoridades afirmaram que esta alteração era essencial para proteger os interesses fundamentais do Estado. Esta decisão constituiu um importante recuo em relação ao atual sistema jurídico misto, que permite a Macau beneficiar dos conhecimentos especializados de juízes estrangeiros. Segundo os dados oficiais, 10 dos 49 magistrados de Macau possuem nacionalidade estrangeira, na sua maioria portuguesa.

Em agosto de 2018, foram destituídos da Assembleia Legislativa vários consultores jurídicos veteranos de origem portuguesa. Tinham contratos temporários, mas esta decisão súbita causou preocupação na sociedade civil, que viu nesta atitude um sinal da vontade crescente de afastar os especialistas portugueses e estrangeiros em favor de especialistas chineses.

Em 14 de agosto, Macau aprovou uma lei sobre o hino nacional que prevê uma multa aplicável aos indivíduos que o desrespeitem. A lei prevê igualmente o ensino da história do hino nos programas escolares.

Em março de 2018, os organizadores do Festival Literário de Macau cancelaram a participação dos escritores Jung Chang, Suki Kim e James Church, depois de terem sido notificados informalmente de que não era possível garantir a sua entrada em Macau. PEN

Hong Kong¹ emitiu uma declaração em que manifestava a sua decepção com esta «manobra autoritária e de censura». Este incidente inscreve-se no contexto de uma série de proibições impostas em 2017 à entrada de jornalistas estrangeiros e ativistas políticos em Macau. Foram invocadas razões de segurança nacional para justificar as recusas de entrada. Embora as autoridades de imigração macaenses tenham o poder de recusar a entrada no território da RAE, a falta de transparência nestes casos sugere uma tendência preocupante para a censura política.

Igualdade de oportunidades, direitos e liberdades

Os direitos e as liberdades fundamentais da população macaense continuaram a ser, de um modo geral, respeitados e o Estado de direito foi mantido no âmbito do princípio «um país, dois sistemas» consagrado na Lei Básica de Macau.

Macau não criou um organismo independente em matéria de direitos humanos, apesar da recomendação emitida nesse sentido pelo Comité das Nações Unidas contra a Tortura em dezembro de 2015.

O **Exame Periódico Universal** da China de novembro de 2018 incluía uma secção sobre Macau. Dois países, um dos quais Estado-Membro da UE, formularam recomendações para Macau: uma apelando à ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias e outra apelando à introdução de legislação contra a discriminação para proteger todos os grupos marginalizados, incluindo as pessoas LGBTI.

Em relatórios anteriores, a UE já tinha também manifestado a sua preocupação com a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género. Esta preocupação é especialmente acentuada nos domínios do emprego, da educação e dos cuidados de saúde. A lei que penaliza a violência doméstica não abrange ainda as relações entre pessoas do mesmo sexo. O Comité das Nações Unidas sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais tinha igualmente instado Macau a adotar legislação exaustiva em matéria de luta contra a discriminação.

A **liberdade de imprensa** é respeitada. No entanto, parece haver um certo nível de autocensura, particularmente nos meios de comunicação social em língua chinesa e nas informações sobre assuntos chineses. As ONG e os ativistas dos meios de comunicação social continuam a manifestar a sua preocupação com a autocensura. Outro obstáculo à liberdade de imprensa é a dificuldade de acesso às fontes de informação e de obtenção de informações completas junto das autoridades.

O **tráfico de seres humanos** continua a ser um problema em Macau. Macau tem uma lei contra o tráfico de seres humanos, mas a sua aplicação deve ser mais rigorosa. O número de processos penais e de condenações por tráfico de seres humanos permanece reduzido apesar do elevado número de denúncias apresentadas. Em 2018, as autoridades macaenses enviaram um representante à Sétima Conferência Ministerial sobre o Processo de Bali e à reunião de altos funcionários, assinalando a sua disponibilidade para prosseguir a cooperação internacional em matéria de luta contra o tráfico de seres humanos. Durante o Comité Misto UE-Macau, em março, Macau comprometeu-se a cooperar com a UE na luta contra o tráfico de seres humanos. A UE está pronta a renovar os intercâmbios e a cooperar com Macau a fim

¹ <http://www.penhongkong.org/about/>

de prestar apoio técnico sobre as melhores práticas para dar resposta a este problema mundial.

Os cidadãos de Macau continuam a beneficiar de **liberdade de reunião** relativamente a uma série de questões, que vão desde os acontecimentos de 4 de junho na Praça de Tiananmen até aos direitos dos trabalhadores. Em setembro, foi aprovada uma nova lei sobre a liberdade de reunião e manifestação, que exige que os manifestantes enviem um aviso de manifestação à polícia e não ao Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais.

Macau não aplicou de forma efetiva os princípios de **liberdade de associação e de negociação coletiva** consagrados nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A UE incentiva Macau a tomar as medidas necessárias para respeitar as convenções da OIT. Macau não tem um salário mínimo, exceto para os trabalhadores da limpeza e os agentes de segurança. O governo tenciona introduzir um salário mínimo universal para todos os trabalhadores em 2019.

As desigualdades económicas e sociais suscitam preocupação. Não existe uma taxa de pobreza oficial. O governo alega que apenas 2,3 % da população macaense vive em situação de pobreza, mas as organizações da sociedade civil estimam que este valor ronda os 10 %. Em setembro, o Comité das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) afirmou que a necessidade de redução da pobreza causava preocupação. O comité insta o governo a tomar medidas para eliminar as disparidades económicas de natureza étnica e a apresentar indicadores estatísticos sobre os direitos económicos, sociais e culturais, bem como sobre a eficácia das medidas tomadas.

Macau prossegue a luta contra a **corrupção** e não recuou perante processos muito mediatizados. Em 2018, foram lançadas investigações sobre o presidente do Instituto da Promoção do Comércio e do Investimento de Macau e do Fundo de Pensões de Macau, o que ilustra a determinação do governo em aplicar tolerância zero no que diz respeito à corrupção entre os funcionários públicos.

Evolução económica

O PIB de Macau aumentou 4,7 %² em 2018, contra 9,7 % em 2017. O forte crescimento registado em 2017 surgiu depois de uma recessão importante nos anos anteriores, tendo o setor do jogo sido afetado pela campanha anticorrupção na China continental. Em 2018, o FMI classificou Macau como sendo a quarta economia mais rica do mundo em termos de PIB *per capita*.

O governo está a implementar uma estratégia de longo prazo para diversificar a economia, mas Macau continua a estar muito dependente dos setores do jogo e do turismo. A retoma da atividade em 2017 e 2018 foi impulsionada pela recuperação do setor do jogo e pelo afluxo constante de turistas. Em 2018, entraram no território 35,8 milhões de visitantes, o que representa um aumento de 9,8 % em relação a 2017. As receitas do jogo aumentaram 14,0 %, atingindo 303 000 milhões de MOP (cerca de 33 milhões de EUR).

Macau regista pleno emprego e depende, em grande medida, de trabalhadores e profissionais estrangeiros³. A taxa de desemprego tem sido persistentemente inferior a 2 % ao longo dos

² Fonte: salvo indicação em contrário, os indicadores macroeconómicos são provenientes da Direção dos Serviços de Estatística e Censos do Governo da RAE de Macau.

³ Mais de 40 % da mão-de-obra de Macau em 2017 era constituída por trabalhadores estrangeiros, dos quais cerca de dois terços provinham da China continental.

últimos sete anos (incluindo durante a recessão de 2014-2016) e 2018 não foi exceção. A inflação aumentou para 3,0 % em 2018, contra 1,2 % em 2017.

Embora os dados relativos ao crescimento para 2018 tenham sido globalmente positivos, a economia sofreu uma desaceleração durante o ano, passando a taxa de crescimento de 7,6 % no primeiro semestre para 2,0 % no segundo. Esse abrandamento ficou a dever-se a uma redução do investimento (em especial no setor da construção) e a um menor crescimento das exportações de serviços (em especial, as exportações associadas aos jogos).

Em 15 de novembro, Fernando Chui Sai On proferiu o seu último **discurso político** na qualidade de chefe do executivo de Macau. O objetivo principal continua a ser a consolidação do turismo e dos jogos, as principais indústrias de Macau. As prioridades são a regulamentação, a fiscalização e a promoção da competitividade. Macau deve prosseguir a diversificação económica com base nas suas principais indústrias, utilizando as infraestruturas existentes para expandir o seu setor de organização de congressos e exposições, promover as indústrias criativas e desenvolver empresas financeiras especializadas. O governo comprometeu-se também a facilitar a inovação e a apoiar as PME, oferecendo incentivos às empresas e reduzindo os impostos. Pelo décimo segundo ano consecutivo, o governo está a aplicar um pacote de subsídios financeiros, incluindo ajudas pecuniárias, para melhorar os meios de subsistência da população.

Em 2018, a situação orçamental de Macau continuou a ser sólida. A RAE dispõe de grandes reservas e as suas finanças registam sistematicamente excedentes. No final de setembro de 2018, as reservas financeiras do governo ascendiam a cerca de 554 900 milhões de MOP (60 400 milhões de euros).

A **diversificação** da economia macaense continua a ser um objetivo de longo prazo. Um dos objetivos fixados pelas autoridades no plano de desenvolvimento quinquenal 2016-2020 de Macau consiste em aumentar para 9 %, até 2020, a parte das receitas dos operadores de casinos provenientes de fontes não ligadas ao jogo. Contudo, este objetivo parece estar cada vez mais fora de alcance, segundo um relatório do Serviço de Estatística e Censos sobre a diversificação económica publicado no final de dezembro de 2018. Com efeito, 2017 foi um ano dececionante em termos de diversificação económica, uma vez que apenas 6,8 % das receitas dos casinos provieram de fontes não ligadas ao jogo, contra 7,4 % em 2016.

No que se refere à **proteção do ambiente**, no discurso político deste ano, o chefe do executivo de Macau propôs a construção de uma unidade de pré-tratamento de resíduos de papel, plástico e metal antes da sua exportação, bem como a construção de uma central de processamento de resíduos alimentares centralizada. O chefe do executivo anunciou também objetivos respeitantes à instalação de 200 carregadores para veículos elétricos, à introdução de máquinas para a reciclagem de garrafas de plástico e à finalização da legislação que restringe a utilização de sacos de plástico.

Cooperação regional

Em 12 de dezembro, Macau e o Ministério do Comércio da China assinaram um acordo sobre o comércio de mercadorias no âmbito do **Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais** entre o Continente Chinês e Macau (**CEPA**). O novo acordo, que deverá ser aplicado a partir de 1 de janeiro de 2019, estabelece regras de origem e métodos mais flexíveis para determinar a origem de todos os produtos classificados segundo as posições pautais do continente. Além disso, reforça o nível de facilitação do

desalfandegamento para o comércio de mercadorias. Comporta também um capítulo especial consagrado à Área da Grande Baía Cantão-Hong Kong-Macau, com o objetivo de aplicar, a título experimental, medidas para o desalfandegamento de mercadorias nessa zona.

A **ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau** — a ponte marítima mais longa do mundo — foi inaugurada em outubro. A ponte reduz o tempo de viagem entre Macau e Hong Kong e desempenhará um papel importante na integração da Zona da Grande Baía.

Macau serve de ponte económica entre a China e os países de língua portuguesa. Neste contexto, o discurso de política geral de 2019 propõe a criação de uma plataforma de serviços monetários entre a China e os países lusófonos, bem como o desenvolvimento de Macau como centro de liquidação em renmimbi para os países de língua portuguesa.

No âmbito do Plano para a Zona da Grande Baía publicado em fevereiro, Macau foi designado como uma das quatro principais cidades (juntamente com Hong Kong, Shenzhen e Cantão) para desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento da região. Segundo o plano, e enquanto continua a diversificar a sua economia, Macau deve reforçar a sua posição como centro de turismo e de lazer de craveira mundial e como plataforma de serviços de comércio e de cooperação comercial entre a China e os países lusófonos.

Relações bilaterais entre a UE e Macau

Em 2018, a UE foi a segunda maior fonte de importações de Macau, a seguir à China continental, representado 25 % do total das importações de Macau. Por seu lado, a UE foi o destino de menos de 1,7 % das exportações de mercadorias de Macau. Estes desequilíbrios comerciais criaram excedentes comerciais de longa data a favor da UE, uma vez que a procura de importações em Macau continuou a aumentar ao longo dos anos, enquanto o seu setor produtivo diminuiu para menos de 1 % do PIB.

As **trocas comerciais de mercadorias** a nível bilateral aumentaram 29,5 %, atingindo o valor de 963 milhões de EUR em 2018. As exportações da UE para Macau atingiram 852 milhões de EUR, ou seja um aumento de 36,1 % em relação ao ano anterior, o que conduziu a um excedente comercial de 741 milhões de EUR em 2018. Macau é um mercado em expansão para os bens europeus de luxo. As oportunidades de negócio no setor do turismo e do jogo estão no cerne das relações comerciais entre a UE e Macau. Entre as principais exportações da UE, contam-se produtos de luxo em couro, roupa, relógios e joias, produtos alimentares, bebidas e automóveis.

Os **contratos públicos** nos setores dos transportes, da energia e da construção também podem ter interesse para as empresas da UE, uma vez que Macau se lançou num número crescente de projetos de infraestruturas. Contudo, em comparação com outros importantes investidores (Hong Kong, China e EUA), o investimento direto por empresas da UE em Macau continua a ser modesto. Portugal foi o investidor mais importante da UE em Macau, representando 3,7 % (9 000 milhões de MOP) da totalidade do investimento direto em 2017.

O discurso de política geral do chefe do executivo para 2019 salienta expressamente o interesse no reforço das relações económicas com a UE, utilizando Portugal como ponto de entrada.

A **22.ª reunião do Comité Misto UE-Macau** teve lugar em 23 de março, em Macau. As partes procederam nomeadamente a um balanço da monitorização pela UE, em 2018, dos

compromissos de Macau em matéria de boa governação fiscal. Macau tinha sido incluído na lista da UE de 17 jurisdições fiscais não cooperantes em dezembro de 2017, mas foi retirado da lista em janeiro de 2018 na sequência dos compromissos assumidos pelo governo macaense de respeitar as exigências da UE até ao final de 2018. Durante o processo de monitorização, a UE congratulou-se com a extensão da Convenção sobre Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal à RAE de Macau pela República Popular da China e com a ativação dos acordos necessários para o intercâmbio de informações pela RAE de Macau. A UE aprovou também a avaliação da OCDE sobre um regime fiscal favorável às empresas *offshore*, na sequência das alterações a este regime introduzidas pela RAE de Macau em dezembro de 2018, a fim de cumprir as exigências da OCDE. Nesta base, o Conselho da União Europeia decidiu, em março de 2019, que Macau tinha cumprido os compromissos assumidos em matéria de boa governação fiscal. O diálogo com a RAE de Macau sobre a aplicação das normas mínimas do G20 contra a erosão da base tributável e a transferência de lucros prosseguirá em 2019.

A UE tomou nota da ambição da RAE de Macau de se tornar uma plataforma de medicina tradicional chinesa. A UE e Macau acordaram em organizar um intercâmbio de informações a nível de peritos sobre o regime regulamentar da UE relativo aos medicamentos tradicionais à base de plantas. As duas partes acordaram igualmente em continuar a explorar as possibilidades de cooperação em matéria de ambiente e tecnologias verdes, especialmente no âmbito do Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau. No que diz respeito ao turismo, as duas partes debateram a forma de impulsionar os fluxos e os intercâmbios de turistas.

À semelhança dos anos anteriores, em 2018 a **Câmara de Comércio Europeia de Macau (MECC⁴)** e a **Câmara de Comércio Europeia de Hong Kong** coordenaram em conjunto a participação europeia no Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau, em março, e na Feira Internacional de Comércio e Investimento de Macau, em outubro.

O **turismo** foi particularmente importante para as relações bilaterais em 2018, uma vez que se tratava do **Ano do Turismo UE-China**. A icónica torre de Macau foi revestida da cor azul da bandeira da UE no Dia da Europa. Em 23 de outubro, Macau acolheu o **7.º Fórum Mundial sobre a Economia do Turismo**, com a União Europeia como região parceira e Cantão como sua principal província parceira. A UE teve um pavilhão para a representar no evento, organizou um encontro para o estabelecimento de contactos entre empresas e participou em lugar de destaque no referido fórum.

A UE e Macau têm dois projetos emblemáticos que continuam a funcionar bem: um no domínio dos assuntos jurídicos e outro para a formação de intérpretes. Em primeiro lugar, o **Terceiro Programa de Cooperação Macau-UE no domínio jurídico** contribui para a modernização e o desenvolvimento do sistema jurídico da RAE de Macau. Em segundo lugar, o **programa de formação em interpretação de conferências em chinês e em português** entre a Comissão Europeia e a Direção dos Serviços de Administração e Função Pública de Macau tem funcionado desde 2006 e responde à procura de intérpretes qualificados em ambas as línguas. Até à data, já receberam formação 97 intérpretes macaenses, que estão, na sua maioria, a trabalhar na administração pública. Desde 2010, o Instituto Politécnico de Macau também gere um programa de formação, em cooperação com a Comissão Europeia, destinado a professores universitários e intérpretes profissionais de

⁴ A Câmara de Comércio Europeia de Macau é uma organização híbrida cujos membros são empresas individuais e câmaras de comércio nacionais dos Estados-Membros da UE.

Macau e da China continental. O **Programa Académico da União Europeia em Macau** foi substituído por atividades no âmbito do Programa Jean Monnet. Estas atividades continuam a contribuir para uma melhor compreensão da UE em Macau.

Foi criado um mecanismo de cofinanciamento no âmbito do programa **Horizonte 2020**, na sequência da reunião do Comité Misto UE-Macau em 2015, e a UE realizou uma sessão de informação em 2018 para incentivar a participação. O financiamento é fornecido unilateralmente pelo Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia de Macau a participantes macaenses nos projetos Horizonte 2020. Contudo, nos últimos dois anos, o fundo recebeu apenas uma candidatura, que não foi selecionada. Até ao final de 2018, nenhuma entidade de Macau tinha participado no programa Horizonte 2020.